



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA  
31.07.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
1 de 25

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

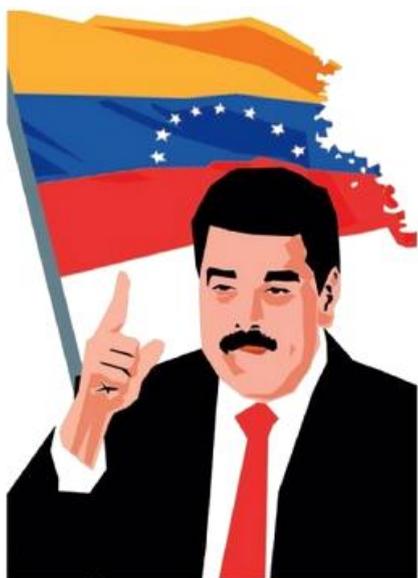
## SUMÁRIO

- ② [CAUDILHISMO CHAVISTA – O Popular](#)
- ② [PERSE 2024, ÚLTIMA CHAMADA – O Popular](#)
- ② [DÍVIDA PÚBLICA EM ALTA CRIA CICLO VICIOSO – Folha de São Paulo](#)
- ② [GOVERNO OPACO – Folha de São Paulo](#)
- ② [GOVERNO E EVANGÉLICOS: O DIÁLOGO IMPERATIVO – Folha de São Paulo](#)
- ② [FÓRUM DE LISBOA: FAROL DE PAZ NUM MUNDO EM TURBULÊNCIA – Folha de São Paulo](#)
- ② [A POLÍCIA OSTENSIVA FEDERAL DE LEWANDOWSKI – Folha de São Paulo](#)
- ② [BARROSO DIZ QUE DECISÕES DO STF ATRAPALHARAM COMBATE À CORRUPÇÃO NO PAÍS – Folha de São Paulo](#)
- ② [HACKER DA VAZA JATO É CONDENADO A PRISÃO POR CALÚNIA CONTRA BOLSONARO – Folha de São Paulo](#)
- ② [G20: DECLARAÇÃO MENCIONA TAXAÇÃO DE FORTUNAS E HADDAD PREVÊ PRESSÃO – O Hoje](#)
- ② [ANÁLISE: PT PERDEU A CENTRALIDADE DA DEMOCRACIA – Correio Braziliense](#)
- ② [HOMENS E NEGROS SÃO OS MAIORES ALVOS DO TRÁFICO HUMANO – Correio Braziliense](#)
- ② [OS ESTADOS DO FUTURO – Correio Braziliense](#)
- ② [VOLUME DE RECUPERAÇÕES CRESCE E DEVE FECHAR 2024 COM RECORDE – Valor Econômico](#)
- ② [RIO GRANDE DO SUL PIORA NO RANKING NACIONAL – Valor Econômico](#)
- ② [PLANO DE CREDORES: REALIDADE OU UTOPIA? – Valor Econômico](#)
- ② [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 31.07.2024 – PÁG. 03

## Caudilhismo chavista

*Thiago Brito Steckelberg*



A vitória eleitoral de Nicolás Maduro na Venezuela em meio a evidências de fraude e atos antidemocráticos como censura de candidaturas, expulsão de observadores internacionais e bravatas sobre banho de sangue e intervencionismo estrangeiro nas declarações do líder chavista é o fim do arremedo de disfarce democrático que até então mascarava a autocracia do atual regime político venezuelano.

Tal como outros autocratas da atualidade como o russo Vladimir Putin ou o turco Erdogan e mesmo o chinês Xi Jinping, Maduro deve utilizar as próprias instituições para aumentar gradativamente seu poder e acabar com a limitação de temporalidade que é a marca dos regimes republicanos. No atual contexto, com algumas exceções como Arábia Saudita, que é uma monarquia absoluta à moda antiga, ou a Coreia do Norte, que é um Estado socialista dinástico, os governos ditatoriais buscam controlar os poderes mais do que concentrar abertamente nas mãos do governante. É interessante manter uma fachada republicana ou mesmo democrática de eleições periódicas e independência do

Legislativo e Judiciário para conferir legitimidade ao governo e desautorizar críticas e questionamentos da população, da mídia e dos governos e organismos internacionais.

Mesmo na China que nunca foi democrática, do Partido Comunista, que é a instituição suprema do regime político, as manobras do presidente atual Xi Jinping aos poucos transforma o governo autoritário do partido no governo de um só. Outros países como a Nicarágua de Ortega também baniram praticamente todos os disfarces para seu governo verdadeiramente ditatorial, enquanto El Salvador e outros restringem direitos e aumentam vertiginosamente o poder punitivo do Estado amparados na retórica da segurança pública, o que também traz em si embrião de ameaça à democracia e à liberdade individual e política.

A Venezuela chavista, no entanto, com seu discurso nacionalista e proposta bolivariana de ser o baluarte contra o imperialismo norte-americano na América do Sul, é um caso a parte. O autoritarismo protagonizado pelo finado Hugo Chávez e seu sucessor Nicolás Maduro traz resquícios do passado caudilhista das repúblicas que emergiram da descolonização da América espanhola. O caudilhismo é uma forma de governo autoritária típica dessa região e desse período histórico no qual a figura de um herói ou líder militar populista controlava o poder político a partir de um golpe e se mantinha indefinidamente na chefia do Estado, transformando o patrimônio público em seu domínio privado, sempre amparado no discurso de protetor do povo contra um inimigo interno ou externo, por exemplo uma elite exploradora ou uma potência estrangeira.

O caudilhismo chavista e sua retórica bolivariana utilizam essa técnica de manipulação e controle político de forma nociva para sua população (vide o caos social e econômico da Venezuela atual) e ainda bastante perigosa para os países vizinhos. Como exemplo, as ameaças à soberania da Guiana na questão de Essequibo

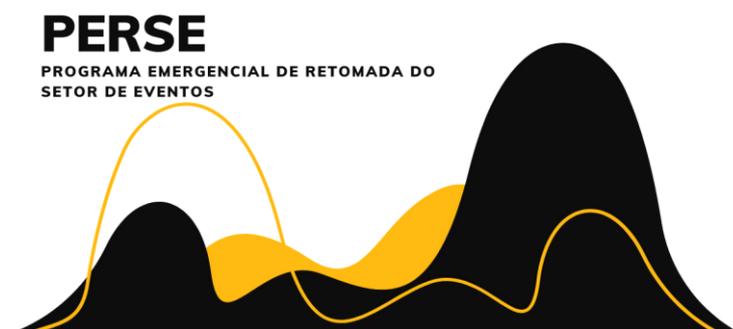
e as provocações do ditador de Caracas a outros governantes da região, inclusive o presidente do Brasil, que tanto advogou pelo diálogo e a não exclusão da Venezuela das discussões internacionais e regionais por conta de sua situação política atual.

Por tudo isso, é imprescindível que os governos de todo o continente americano, a Organização dos Estados Americanos e outras organizações intergovernamentais e não governamentais formem uma frente comum para reverter o recrudescimento da autocracia chavista na Venezuela.

### **Perse 2024, última chamada**

*Paulo Roberto Ferreira*

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a designar o surto de contaminação causado pelo coronavírus como pandemia. Uma das primeiras medidas emergenciais tomadas para se conter o alastramento das infecções por Covid-19 foi o isolamento social. A partir dali a maioria dos empresários precisou se reinventar, enquanto aguardavam uma solução para a retomada da normalidade.



Entretanto, alguns setores da economia foram mais afetados que outros em razão da natureza de sua própria atividade empresarial. Entre esses setores, encontra-se o setor de eventos. Em dezembro de 2020, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) propôs um projeto de lei que previa um benefício fiscal para as empresas do setor, com a finalidade de garantir a sobrevivência delas, bem como gerar capacidade econômica para que elas voltassem a operar no pós-pandemia.

Foi nesse contexto que, em maio de 2021, foi aprovada a Lei nº 14.148 que dispõe sobre o Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse). Apesar de aprovada, o artigo que tratava sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas do PIS, da Cofins, da CSLL e do IRPJ, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, foi vetado pelo presidente da República. O Congresso Nacional então deliberou sobre a questão e derrubou o veto, cujos dispositivos começaram a vigorar a partir de março de 2022. É fato que o Perse nasceu para ser um programa temporário. Sua finalidade sempre foi a de auxiliar a retomada desse importante setor econômico que segundo o Sebrae, antes da pandemia, era responsável por R\$ 209,2 bilhões em faturamento, cerca de 2 milhões de empregos diretos e indiretos e pelo recolhimento de R\$ 48 bilhões em impostos. No início do programa em 2022, a legislação contemplava 88 atividades, hoje são 38.

A última alteração legislativa, de maio de 2024, previu também um teto de R\$ 15 bilhões para essas renúncias fiscais, que será considerado entre os meses de abril de 2024 a dezembro de 2026. A Receita Federal regulamentou a matéria, detalhou as condições para habilitação das empresas interessadas em fruir o benefício. Entre elas, estão a adesão ao domicílio tributário eletrônico, a regularidade cadastral e fiscal e a inexistência de débitos no Cadin.

O requerimento deve ser feito por meio do Portal de Serviços da Receita Federal, acessando o Sistema Benefícios Fiscais (Sisen). Outra novidade em relação ao tema trata da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi). É prudente que as empresas com perfil e interessadas em fruir o benefício façam uma pesquisa prévia sobre as possíveis pendências e procurem resolvê-las antes de fazer o requerimento da habilitação. Por fim, o mais importante é se atentar ao prazo final para requerer a habilitação que se encerra no dia 02 de agosto próximo. Afinal, o Direito não socorre aos que dormem!

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 31.07.2024 – PÁG. A2**

### **Dívida pública em alta cria ciclo vicioso**

Excessivo segundo padrões globais, passivo do Estado eleva juros e é por eles elevado; cortar gastos interrompe processo



Dados recém-divulgados pelo Banco Central mostram que a dívida pública segue em escalada alarmante, embora não surpreendente, neste terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em apenas um ano e meio, até junho de 2024, o endividamento de União, estados e municípios saltou de 71,7% para o equivalente a 77,8% do Produto Interno Bruto. A alta, de mais de 6% do PIB, corresponde ao gasto de quatro anos com o programa Bolsa Família.

Além de crescer em ritmo acelerado, a cifra é muito elevada para padrões domésticos e globais. É a maior deste século, excluído o período anômalo da pandemia; entre os principais países emergentes, há poucos paralelos. Pelos critérios do Fundo Monetário Internacional (FMI), que permitem cotejos internacionais, a dívida do Estado brasileiro chega a 88,7%, um patamar excessivo para economias de renda média, sem moeda forte e maior dificuldade de acesso ao crédito.

Em comparação, México (55,6%), Rússia (20,8%), Turquia (30,9%) e Indonésia (39,3%) apresentam números muito menores, bem como os vizinhos Chile (40,5%), Colômbia (54,4%) e Uruguai (61,9%). Pelas estimativas do FMI para 2024, apenas a vizinha Argentina (86,2%), a Índia (82,5%) e a China (88,6%), entre os parceiros emergentes do Brasil no G20, têm números parecidos. A diferença, entretanto, é que nas duas primeiras a tendência esperada é de queda, enquanto na peculiar ditadura chinesa a trajetória de alta não impede de imediato um crescimento econômico vigoroso.

Já aqui se preveem avanço contínuo da dívida e expansão medíocre do PIB pelos próximos anos. Pelas projeções oficiais, que não podem ser acusadas de pessimistas, haverá alta do endividamento até 2027; as projeções do FMI, que vão até 2029, não mostram redução. Trata-se da consequência óbvia da política de

elevação contínua de gastos levada a cabo pela administração petista, que tende a subestimar os riscos de tal estratégia.

No partido se alimenta a crença de que a despesa estatal é capaz de impulsionar a atividade produtiva e o consumo das famílias a ponto de compensar seus custos. A consequência é um ciclo vicioso: quanto maiores os gastos e a dívida do governo deficitário, mais altos são os juros cobrados pelo mercado credor; quanto mais altos os juros, mais a dívida sobe e menos a economia cresce. Lula apenas ensaiou um reconhecimento dessa dinâmica ao instituir uma regra fiscal para o reequilíbrio gradual do Orçamento. No entanto o compromisso com as metas tem se mostrado frouxo, dada a recusa obstinada em conter despesas insustentáveis. A conta virá.

### **Governo opaco**

Urge retomar divulgação de dados sobre yanomamis e melhorar o combate ao garimpo

Um dos pilares das democracias liberais é a transparência das ações do poder público. Só assim a sociedade civil pode avaliá-las e exigir mudanças, caso necessárias. Por isso causa espécie que o governo federal tenha suspenso, neste ano, os boletins sobre a saúde da população na Terra Indígena Yanomami. Dada a crise humanitária verificada na região, é premente a retomada dos informes.



O último boletim foi divulgado em fevereiro de 2024, mas se referia a dados do ano anterior. Foram registradas 363 mortes de indígenas (aumento de 6% em relação a 2022), além de 29.900 casos de malária e 7.104 de síndrome respiratória aguda grave. Em dezembro de 2023, 145 crianças com menos de 5 anos estavam em tratamento por desnutrição grave ou moderada.

A principal causa da crise sanitária, agravada sob Jair Bolsonaro (PL), é o garimpo ilegal. A atividade polui rios, impede a pesca e eleva casos de intoxicação. Ademais, o desmatamento produzido pela extração criminosa de minérios cria desequilíbrios ecológicos que contribuem para a reprodução do mosquito transmissor da malária.

Entre 2020 e 2022, a área de garimpo ilegal no território passou 14 km<sup>2</sup> a 41,83 km<sup>2</sup> —alta de 198%. Devido à situação calamitosa, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decretou estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional na região em janeiro de 2023 e, em junho do mesmo ano, um decreto presidencial expandiu a atuação de militares no combate à atividade criminosa. Contudo, como mostram reportagens da Folha de janeiro deste ano, o garimpo retomou força no território, com pontos estratégicos de logística em pleno funcionamento, e a atuação das Forças Armadas é precária, principalmente no controle do espaço aéreo.

O governo federal precisa realizar um diagnóstico da situação e instituir uma política de longo prazo integrada, com saúde e segurança. As medidas não podem ser tomadas apenas em situações de crise. E urge que os boletins voltem a ser divulgados mensalmente. O poder público tem o dever de manter a sociedade informada sobre os resultados de suas ações.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 31.07.2024 – PÁG. A3**

### **Governo e evangélicos: o diálogo imperativo**

Religiões não são politicamente imutáveis; vide a trajetória católica

*Paul Freston*



Em resposta à entrevista que concedi à Folha ("Governo precisa de 'bilíngues' para falar com evangélicos, diz sociólogo da religião", 8/7), o colunista Marcos Augusto Gonçalves pergunta: "Adianta conversar com evangélicos ou melhor enfrentá-los?" (11/7). Para o jornalista, há "presunção na ideia de capturar esse segmento pela conversa". Fala em "combate ao ideário dessas correntes"; "forças hostis aos princípios da democracia têm de ser enfrentadas".

Tal abordagem é desinformada e elitista. É errôneo atribuir hostilidade à democracia aos 70% de evangélicos que votaram em Jair Bolsonaro. Os antidemocráticos ideológicos não são maioria. Mesmo os pentecostais (dois terços dos evangélicos) já tiveram posturas diversas, e pesquisas de suas atitudes divergem dos estereótipos. E, embora reconheça a importância de "não massificar o pentecostalismo", o artigo faz isso. É elitista achar que o fiel obedece cegamente. E impossível imaginar uma manchete perguntando se adianta conversar com judeus ou muçulmanos! Ainda mais porque evangélicos são desproporcionalmente não brancos, mulheres e pobres.

Superando isso, o governo enfrenta a questão estratégica. O flerte com os grandes líderes decepciona. E os evangélicos não se aproximam apenas com políticas públicas. Embora muitos tenham se beneficiado dos governos Lula, isso não garantiu apoio. Não é fácil relacionar subida familiar com ações do Estado, e é mais cômodo atribuí-la ao esforço.

A chave é o diálogo, usando gente "bilíngue" e visando sobretudo líderes intermediários, influentes mas não presos no poder eclesiástico. Há fração evangélica comprometida com o bolsonarismo e impermeável ao diálogo. Quando comete atos antidemocráticos, tem que ser enfrentada. Mas, quando emite opiniões, mesmo antidemocráticas, deve ser combatida dentro do mundo evangélico e em termos "nativos".

O governo deve dialogar com os não aprisionados nessas correntes, a faixa do meio do mundo evangélico. O diálogo deve ser liderado por "bilíngues". Isso não é presunção; é a receita para qualquer "advocacy". E



## CLIPPING

DATA

31.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

7 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

exige humildade, pois implica aprendizado mútuo. A esquerda que acha que nada pode aprender com evangélicos (a religião mais exitosa entre os desfavorecidos!) não passa de vanguarda arrogante.

A esquerda que quer se aproximar dos evangélicos deve entender que:

- 1 - é segmento dividido e diverso, que não obedece cegamente;
- 2 - a aproximação é crucial, pois o eleitorado evangélico não para de crescer;
- 3 - as religiões não são politicamente imutáveis, vide a trajetória católica;
- 4 - uma religião ser percebida como incompatível com democracia geralmente se revela percepção errônea. O primeiro candidato católico a presidente dos EUA enfrentou alegações de que a fé católica era "mãe da ignorância, superstição e intolerância" e que representava "uma cultura estrangeira, uma mentalidade medieval e uma hierarquia antidemocrática";
- 5 - os evangélicos de esquerda são fundamentais para alargar a base social;
- 6 - diálogo não ameaça o Estado laico. O laicismo "agressivo" exclui as motivações religiosas da esfera pública, mas o "plural" entende que ter atores políticos motivados por religião é diferente da absorção religiosa do Estado.

As bases do diálogo são história e Bíblia. Das grandes religiões, o protestantismo, inclusive evangélico, tem a história mais próxima à democracia. Ampliação do sufrágio, direitos inalienáveis e Estado não confessional tiveram seus primeiros defensores entre dissidentes protestantes do século 17. Um deles disse: "O Estado não deve ser cristão, mas meramente natural, humano e civil". É possível dialogar em termos de origens e fundamento doutrinário evangélico.

O diálogo encontra obstáculos: dos que veem seu papel público como de policial moralista; e do fechamento sectário que impossibilita diálogo. Mas o fechamento é criação sociológica contingente. Em vez de dizer que não adianta dialogar com os 30% da população que é evangélica, o que decreta a morte iminente da democracia brasileira, é melhor engajar-se na tarefa imperativa de traduzir a mensagem.

## Fórum de Lisboa: farol de paz num mundo em turbulência

Brasil e Portugal estão entre os raros países que a oferecem como solução

*Vitalino Canas*

Continuam a guerra na Ucrânia e em Gaza, ambas estupidamente mortíferas, ambas estupidamente teimosas. Não são as únicas. Há guerras silenciosas, igualmente mortíferas, como no Sudão do Sul ou na Somália. Por este mundo afora, forças de ultradireita progridem em democracias consolidadas, como mostram eleições realizadas nos últimos meses: na Holanda ou na Argentina; na França ou no Reino Unido; na União Europeia ou na África do Sul; em Portugal ou na Bélgica. Talvez nos EUA, daqui a meses.



Quem participou do 12º Fórum de Lisboa, realizado em junho, não veio falar de guerra. Decerto que o tema dos desafios geoestratégicos da atualidade não esteve ausente: foi discutido num dos painéis. Mas, nos restantes painéis (98%!), discutiram-se assuntos que interessam sobretudo à paz. Brasil e Portugal estão entre os cada vez mais raros países que oferecem —e praticam— a paz como solução. António Guterres, secretário-geral da ONU e, agora, António Costa, presidente do Conselho Europeu, têm discurso de apaziguamento, não de guerra.

Discutiu-se transição energética, alimentação do mundo, saúde, o papel da inteligência artificial, urbanismo e segurança pública. Debateu-se o futuro das democracias e a necessidade de melhor governança e de melhor economia. Focou-se o papel do jornalismo e o financiamento do desenvolvimento. E muito mais. No fórum, pode suceder que no mesmo painel participem senadores, ministros do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, professores universitários, diretores de grandes empresas, advogados defensores dos direitos dos povos indígenas, ministros de Estado portugueses.

Qualquer que seja o tema, estão em plano de igualdade; esforçam-se por apresentar ideias e propostas que valem pelo mérito, não pelo autor. Fazem-no com absoluta liberdade, sem o constrangimento de tentar ganhar uma votação que se realiza de seguida. Quem ajuíza do mérito das ideias é a audiência, composta por cada um dos milhares de inscritos e pelos média.

Nessa audiência, estão jornalistas, professores universitários e pesquisadores, investidores, economistas, consultores, ministros do STF e desembargadores, políticos portugueses e brasileiros, advogados, ex-presidentes da República, ambientalistas, profissionais de saúde e um mundo de "opinion makers". Estão, possivelmente, alguns dos 900 alunos brasileiros de graduação, mestrado e doutorado, que, com absoluta integração, estudam na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O melhor que Brasil, Portugal e outros países (o fórum internacionalizou-se) têm para mostrar. Porventura, nenhum deles teria oportunidade

de encontrar, num único evento, concentrado em três dias, esta simbiose de saber, autoridades e sociedade civil, capaz de mostrar o que o Brasil é e vai ser.

Há algo inequívoco: o fórum alcançou um patamar de representação e de projeção do Brasil na Europa que talvez não tenha paralelo. Algumas vozes, isoladas, têm dito que o fórum é lugar de lobby. Confirmo: o lobby a favor de políticas e soluções racionais, baseadas no debate alargado e no conhecimento.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 31.07.2024 – PÁG. A8**

### **A Polícia Ostensiva Federal de Lewandowski**

O que falta é segurança, não é polícia

*Elio Gaspari*

Ricardo Lewandowski entrou no Ministério da Justiça com uma boa biografia, as melhores intenções e dois planos. Um criará o Sistema Único de Segurança, centralizando informações que estão dispersas na árvore do governo. A ideia é boa, restando-lhe o teste da prática. O outro plano é redundante e politicamente tóxico. Trata-se de anabolizar a Polícia Rodoviária Federal, transformando-a numa Polícia Ostensiva Federal, ou POF.

Pretende-se mexer com uma Polícia Rodoviária que funciona, mas tem problemas passados e presentes, berços para encrencas futuras. Chamada de Polícia Rodoviária do Flávio (Bolsonaro), ela foi usada na tentativa de atrapalhar os movimentos de eleitores nordestinos no segundo turno da eleição de 2022. A manobra falhou porque o ministro Alexandre de Moraes ameaçou prender seu diretor.



Silvinei Vasques está preso desde agosto de 2023 por essa malfeitoria y otras cositas más. Perdeu 13 quilos. Meses antes, na sua gestão, agentes da PRF mataram um cidadão asfixiando-o no porta-malas de uma viatura. Isso no governo Bolsonaro. Com Lula 3.0, a PRF tornou-se sede de uma guerra de dossiês contra seu atual diretor. Cinco de seus superintendentes são filiados ao Partido dos Trabalhadores. Tudo o que uma polícia não precisa é de superintendentes filiados a partidos. Esse é um direito de qualquer cidadão, mas guerra de dossiês já é um estágio superior de clientelismo.

A criação de uma Polícia Ostensiva Federal é uma gritante redundância. A União já tem a Polícia Federal, que funciona direito e não mostra os sinais de partidarização já exibidos pela PRF. Com Lula, mandariam petistas. Coisas como essas inibem a ação profissional, resultando em algo que o próprio PT já percebeu: cresce o crime organizado. Depois dos distúrbios do 8 de janeiro, saiu do governo a ideia de se criar uma

Guarda Nacional para proteger Brasília e sabe-se lá mais o quê. A ideia foi arquivada quando chegou ao Planalto o desconforto surgido nas corporações militares. (Em 1889, a República foi proclamada por oficiais do Exército e vivandeiros descontentes com um fortalecimento da Guarda Nacional.)

Um governo petista não precisa criar uma nova polícia. Estima-se que a POF geraria 3.000 nomeações, mas pode-se esperar que os lugares seriam preenchidos por concurso. Até o governo de Bolsonaro, um presidente que dizia ter "o meu Exército", a PRF foi uma instituição exemplar. Nele, foi mobilizada até nas téticas mobilizações da necropolítica do Rio de Janeiro contra comunidades pobres. Com décadas de bons serviços comprometidos e um diretor na cadeia, a PRF não precisa expandir-se. Precisa retornar ao seu quadrado profissional.

Foi a expansão que arruinou a imagem da PRF e encarcerou o doutor Silvinei. Policiais amigos de ocupantes do Planalto são um perigo. Daqui a três semanas completam-se 70 anos da ruína do governo de Getúlio Vargas. Ele deu relevo ao chefe de sua guarda pessoal e Gregório Fortunato equipou-se com policiais amigos. Nos primeiros dias de agosto de 1954, dali saiu uma ideia: matar o jornalista Carlos Lacerda. Deu no que deu e, no dia 24, Getúlio Vargas matou-se.

### **Barroso diz que decisões do STF atrapalharam combate à corrupção no país**

Presidente do tribunal afirma que ter sido voto vencido não 'impede a tratar com desrespeito pessoas que pensam de maneira diferente'

*Italo Nogueira*

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, afirmou nesta terça-feira (30) que decisões da corte atrapalharam o combate à corrupção no país. Ele citou três decisões contrárias à Operação Lava Jato em que foi derrotado nas votações do plenário. O ministro fez referência ao fim de prisão em segunda instância, à submissão do afastamento do então senador Aécio Neves (PSDB) ao Senado e à anulação de sentenças em razão da ordem de fala de delatores nos processos.

"O Supremo anulou o processo contra um dirigente de empresa estatal que tinha desviado alguns milhões porque as alegações finais foram apresentadas pelos réus colaboradores e pelos réus não colaboradores na mesma data, sem que isso tivesse trazido nenhum prejuízo. Também acho que atrapalhou o enfrentamento à corrupção", disse Barroso durante palestra na sede da ABL (Academia Brasileira de Letras), no Rio de Janeiro. O ministro, no auge da Lava Jato, era um dos principais defensores de bandeiras da operação no Supremo. Ele chegou a se desentender publicamente com críticos da investigação, como Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, durante sessões da corte.

No evento desta terça, Barroso disse também: "Portanto houve algumas decisões do Supremo em matéria de enfrentamento à corrupção que não corresponderam à





## CLIPPING

DATA

31.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

expectativa da sociedade. Porém, como disse, o fato de eu discordar não me impele a tratar com desrespeito a posição das pessoas que pensam de maneira diferente". Sobre a prisão de réus condenados em segunda instância, barrada em julgamento em 2019, afirmou que o Brasil hoje contraria "o padrão mundial" e que os processos "muitas vezes se eternizam e prescrevem".

Barroso destacou outras decisões, com as quais concorda, que também provocaram polêmica e geraram reações em setores da sociedade. Mencionou a autorização de aborto para fetos anencéfalos, a equiparação da homofobia ao crime de racismo e o reconhecimento da união civil entre casais homossexuais. Disse, porém, que nenhuma das decisões foi tomada visando a aprovação popular da corte. Para ele, "a importância de um tribunal não pode ser aferida em pesquisa de opinião pública, porque existem na sociedade interesses conflitantes e sempre haverá queixas e insatisfações". O presidente do tribunal defendeu a participação de ministros em eventos bancados por empresários no exterior. Ele disse haver "preconceito contra a livre iniciativa, contra empresários" e declarou que os magistrados também participam de encontros com outros atores sociais, como sindicalistas, indígenas e advogados.

"Aqui o Eduardo Maneira, meu querido amigo, vive me convidando para evento da OAB. Quando eu vou lá, eu acho que eu é que estou fazendo por ele, não ele está fazendo por mim. Vou com muito gosto, mas a gente está dando quando vai participar de um evento, fazer um palestra. Não está recebendo", disse Barroso. Ele afirmou também: "Ah, mas eles pagaram a passagem'. Só faltava eu ter que pagar a passagem para ir atender o evento da OAB. Portanto eu acho que há uma certa incompreensão, uma certa má vontade em relação a esse tema, porque, quando vai ao congresso da OAB, não tem problema".

### **Ministro diz que recusou ida a Paris por viagem ao Acre**

Em entrevista após o evento, o presidente do Supremo disse não descartar a criação de um código de conduta para ministros do tribunal. "Não descarto a ideia. Não chamaria de um código de conduta, mas talvez de uma consolidação de princípios já praticados, mas que não custa nada colocar no papel."

Nos últimos meses, houve episódios que desgastaram a corte, como o pagamento de R\$ 39 mil em diárias para um segurança do ministro Dias Toffoli por uma viagem ao Reino Unido que incluiu ida à final da Champions League, em junho. Barroso disse ainda no evento ter recusado um convite para participar da cerimônia de abertura das Olimpíadas de Paris para visitar escolas públicas no Acre.

"Eu tinha um convite para ir na abertura das Olimpíadas de Paris, mas eu tinha mesmo me comprometido a ir a Rio Branco, no Acre, e a Porto Velho, aproveitando o recesso para encontrar juízes, e eu sempre visito escolas públicas, e eu não quis desmarcar. Me considerei um pouco um mártir do direito. Não fui a Paris, mas fui muito bem recebido, com carinho e alegria, em Rio Branco e em Porto Velho. Mas eu queria dizer que eu fui às Olimpíadas 2016, abertura aqui no Rio."

*"Eu tinha um convite para ir na abertura das Olimpíadas de Paris, mas eu tinha mesmo me comprometido a ir a Rio Branco, no Acre, e a Porto Velho, aproveitando o recesso para encontrar juízes, e eu sempre visito escolas públicas, e eu não quis desmarcar. Me considerei um pouco um mártir do direito" Luís Roberto Barroso*

Ele também afirmou ver, "como todos os cidadãos democratas do mundo, com grande preocupação o que está acontecendo na Venezuela", em referência às suspeitas de que Nicolás Maduro fraudou a eleição do último fim de semana. Durante a palestra, o magistrado criticou a tentativa de reimplantação do voto impresso no Brasil, defendida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores. "Se essas pessoas achavam que podiam invadir a sede dos três Poderes, imagina o que não fariam nas sessões eleitorais em que achassem que fosse perder", afirmou.

### **Hacker da Vaza Jato é condenado a prisão por calúnia contra Bolsonaro**

Ex-presidente afirma que programador mentiu ao acusá-lo de grampear Moraes; OUTRO LADO: defesa nega intenção de caluniar



O juiz Omar Dantas Lima, do 3º Juizado Especial Criminal de Brasília, condenou nesta segunda-feira (29) o programador Walter Delgatti Neto, conhecido como hacker da Vaza Jato, a 10 meses e 20 dias de prisão, em regime semiaberto, além de multa, pelo crime de calúnia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Bolsonaro afirmou, na ação judicial, que Delgatti mentiu ao acusá-lo de grampear o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), em depoimento à CPI do 8 de janeiro. Na sentença, o juiz concede ao programador o direito de recorrer em liberdade.

No entanto Delgatti está preso desde agosto de 2023 por outro motivo, a suspeita de tramar, a pedido da deputada federal Carla Zambelli (PL), contra Moraes, o que resultou na invasão dos sistemas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e na inserção de documentos e alvarás de soltura falsos. A defesa do programador argumenta que não houve a intenção de caluniar Bolsonaro, pois Delgatti apenas relatou que o ex-presidente teria solicitado que ele assumisse a autoria de um "grampo" supostamente realizado, inclusive por agentes de outro país.

À Justiça Bolsonaro afirmou que recebeu Delgatti uma única vez no Palácio do Alvorada. O programador teria falado sobre o sistema eleitoral brasileiro e as informações, segundo o ex-presidente, foram encaminhadas ao Ministério da Defesa.

O ex-presidente disse desconhecer a presença do programador no palácio em outras oportunidades e disse que nunca mais os dois conversaram pessoalmente ou por telefone. Bolsonaro alegou ainda que nunca ouviu falar sobre possíveis grampos contra o ministro do STF e que não conversou sobre esse assunto com ninguém. Na sentença, o juiz afirma que o crime foi caracterizado pela conduta do programador, que teria

agido com a intenção de caluniar Bolsonaro ao fazer uma imputação falsa diante de parlamentares que faziam parte da CPI, com sessões transmitidas por veículos de imprensa e grande repercussão.

**JORNAL – O HOJE – 31.07.2024 – PÁG. 12**

### **G20: Declaração menciona taxação de fortunas e Haddad prevê pressão**

A pressão pela taxação dos super-ricos deverá aumentar diante dos crescentes desafios colocados para mitigar as mudanças climáticas. A aposta é do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele celebrou a inclusão do tema nas declarações aprovadas por consenso durante a 3ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20, encerrada nesta sexta-feira (26), no Rio de Janeiro. “As demandas por financiamento e por novas fontes de financiamento para a transição ecológica e o combate à pobreza têm crescido no mundo. Eu penso que a pressão e a mobilização social em torno dessa agenda também irá crescer”, afirmou.



O ministro já havia informado anteriormente que tinha alcançado um entendimento para que os textos das declarações incluíssem o reconhecimento de que é necessário aprofundar discussões sobre a taxação dos super-ricos. Em novo pronunciamento, pouco antes da divulgação dos dois documentos pactuados – Comunicado da Trilha de Finanças do G20 e a Declaração Ministerial sobre Cooperação em Tributação -, ele classificou como uma vitória as menções explícitas ao tema.

“É importante que todos os contribuintes, incluindo indivíduos com patrimônio líquido extremamente elevado, contribuam com a sua parte justa nos impostos. A elisão fiscal agressiva ou a evasão fiscal de indivíduos com patrimônio líquido muito elevado podem minar a justiça dos sistemas fiscais, o que é acompanhado por uma eficácia reduzida da tributação progressiva”, diz o Comunicado da Trilha de Finanças do G20.

Mais adiante, o documento firma um compromisso. “Com pleno respeito pela soberania fiscal, procuraremos envolver-nos de forma cooperativa para garantir que os indivíduos com um patrimônio líquido extremamente elevado sejam efetivamente tributados. A cooperação poderia envolver o intercâmbio de melhores práticas, o incentivo a debates em torno dos princípios fiscais e a criação de mecanismos antielisão fiscal, incluindo a abordagem de práticas fiscais potencialmente prejudiciais. Esperamos continuar a discutir estas questões no G20 e noutros fóruns relevantes”.

A taxação dos super-ricos é uma pauta prioritária para o Brasil, que atualmente preside o G20. Segundo Haddad, o conteúdo dos textos aprovados em consenso superou as expectativas iniciais e é uma vitória

importante do país e da comunidade internacional. “Agora o tema consta em um documento oficial das 20 nações mais ricas do mundo. Isso não é pouca coisa”.

## JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 31.07.2024 – PÁG. POLÍTICA

### Análise: PT perdeu a centralidade da democracia

"Não se compreende a aposta no alinhamento de Maduro ao eixo formado por Rússia, China, Cuba, Irã, Síria, Madagascar e Coreia do Norte, além de Honduras e Nicarágua", observa o jornalista

*Luiz Carlos Azedo*



Para quem passou pela tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, quando partidários do ex-presidente Jair Bolsonaro tomaram a Praça dos Três Poderes e invadiram seus palácios com objetivo de provocar uma crise institucional e destituir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a nota do PT reconhecendo a "vitória" eleitoral do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, revela um partido político que perdeu a noção da realidade na qual atua.

A nota trata Maduro como "presidente reeleito" e descarta que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) venezuelano divulgue os dados de cada local de votação, principal cobrança da oposição e de vários países. O Itamaraty considera essa divulgação o "passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito". O CNE garante que Maduro venceu com 51,2% dos votos, ante 44% de Edmundo González, o principal opositor. Ninguém acredita.

O PT abandonou a centralidade da democracia e subordinou seus valores ao alinhamento ideológico com forças de esquerda da América Latina que ainda se pautam pela agenda do velho nacionalismo, uma linha de atuação na qual o inimigo principal são os Estados Unidos e a democracia é apenas um instrumento de acumulação de forças para chegada ao poder, que deve ser mantido a qualquer preço, mesmo por meio de fraudes eleitorais e feroz repressão à oposição. É o que acontece agora na Venezuela. Não se compreende a aposta do PT no alinhamento de Maduro ao eixo formado por Rússia, China, Cuba, Irã, Síria, Madagascar e Coreia do Norte, além de Honduras e Nicarágua, para se manter no poder. Essa é a chave geopolítica — e estratégico-militar — para a qual a Venezuela se direciona e que não interessa nem um pouco ao Brasil que venha a se tornar o divisor de águas da política latino-americana. É uma aposta na "guerra fria" e não no multilateralismo, que pauta a política externa do próprio Lula, e não, apenas, a tradição diplomática do Itamaraty.

Para um partido fundado em 1980, o posicionamento do PT sobre a Venezuela, no frigidar dos ovos dessa crise diplomática, é de uma infantilidade política que beira o complexo de Peter Pan. A síndrome se inspira no



## CLIPPING

DATA

31.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

famoso personagem dos contos de fadas de J.M. Barrie, que não aceita crescer e prefere continuar no mundo da infância para sempre. Uma mistura de imaturidade e narcisismo político. Grosso modo, a ideologia consiste em separar a produção das ideias das condições históricas sobre as quais são produzidas. Ou seja, dar às ideias status de universalidade, atemporalidade e apriorismo. A ideologia assume um poder superior e exterior, um poder espiritual autônomo, capaz de mascar as contradições reais.

É o que mostra a cúpula petista, que sabota os esforços do Itamaraty para construir uma solução na qual as regras do jogo democrático prevaleçam e põe Lula numa saia justa mais apertada do que já estava, do ponto de vista diplomático. O PT se isola, fragiliza o presidente e leva água para o moinho da oposição.

### **Violência cresce**

Há, sim, um esforço de Lula para chegar a um posicionamento sobre a Venezuela que não descole o Brasil da maioria dos países do G20, que se reúne em novembro, no Rio de Janeiro. Ontem, o presidente brasileiro conversou com o presidente Joe Biden, dos Estados Unidos, e reiterou a posição de aguardar a divulgação das atas eleitorais para reconhecer ou não a vitória de Maduro. Essa posição é compartilhada com Colômbia, México, Inglaterra e União Europeia, que também exigem transparência na apuração das urnas. Entretanto, também ontem, em entrevista, Lula disse que a situação na Venezuela é "normal" e que a contestação do resultado pela oposição deve ser encaminhada à Justiça. Com certeza tentará se distanciar de Maduro, mas não romperá relações com a Venezuela, nem apoiará uma intervenção militar no país vizinho.

Na Venezuela, a revolta popular diante da proclamação da vitória de Maduro sem a comprovação do resultado pelas atas das urnas, duramente reprimida, já resultou em 11 mortos, 48 feridos e 749 presos. Maduro acusa parte da oposição e países de incitarem um suposto golpe de Estado no país contra o resultado eleitoral. Ontem, o parlamento venezuelano reconheceu o resultado, enquanto as forças de segurança reprimiam os protestos.

O CNE ainda não divulgou as atas que comprovam o resultado anunciado como deveria e o governo diz que o sistema sofreu um ataque de hackers. Mas proclamou a vitória de Maduro com 51,21% dos votos, contra 44% para González e 4,6% para os outros oito candidatos. O chefe do Ministério Público da Venezuela, Tarek William Saab, qualificou os atos de protestos como terrorismo. É a narrativa de uma ditadura. Há 11 anos no poder, Maduro terá mais seis anos de mandato.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 31.07.2024 – PÁG. BRASIL**

**Homens e negros são os maiores alvos do tráfico humano**

Ministério da Justiça apresenta relatório no qual mostra que, entre 2021 e 2023, pouco mais de 8 mil pessoas foram resgatadas de locais onde estavam em condições análogas à escravidão. Delas, 80% eram pretas ou pardas, e 84% do sexo masculino

*Estefania Lima / Renato Souza*

Dados divulgados ontem pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) mostram que, no Brasil, a maioria das vítimas de tráfico humano são homens e pessoas negras. Os números referem-se ao período entre 2021 e 2023. De acordo com o relatório, esse quadro está relacionado com o fato de o país registrar mais casos de captura de pessoas para o trabalho escravo, que visam os homens — mais de 80%.



Boletins do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam que, no período levantado, 8.415 pessoas foram resgatadas em condições análogas à escravidão. Destas, 80% eram negras — pretas e pardas — (6.754); 18% brancas (1.497); e 2% indígenas (148). Além disso, 84% das vítimas eram do sexo masculino (7.115). O Brasil enquadra juridicamente cinco formas de exploração vinculadas ao tráfico de pessoas: remoção de órgãos; submissão a trabalho em condições análogas à de escravo; qualquer espécie de servidão; adoção ilegal; e exploração sexual.

De acordo com os dois últimos relatórios nacionais — que englobam o período 2014-16 e 2017-20 —, a principal finalidade do tráfico de pessoas identificada no país é a exploração do trabalho, seguida da submissão sexual. Os registros de 2021-23 seguem a mesma linha dos 10 anos anteriores, reafirmando a exploração laboral como a principal finalidade de tráfico identificada no Brasil, segundo dados da Polícia Federal (PF), do MTE e Ministério Público do Trabalho (MPT): 53% trabalho escravo; 27% exploração sexual; 9% adoção ilegal; 8% servidão; e 3% remoção de órgãos.

Porém, o MJSP chama a atenção para a falta de dados sobre a população indígena. "Uma ausência que não significa a inexistência do delito. O que ocorre é a invisibilidade desse grupo em relação aos registros de tráfico de pessoas no país", adverte o relatório. "Temos um desafio muito grande no Mato Grosso do Sul. A questão indígena é urgente em todo o Brasil, porém no Mato Grosso do Sul tem um grande povo Guarani-Kaiowá desterritorializado desde a guerra do Paraguai. Foram concentrados na pequena reserva Dourados e, ali, é um depósito de gente sujeito a todo tipo de exploração e de subjugação", salienta um trecho do relatório. Segundo o MJSP, é urgente que se conheçam as especificidades do tráfico de indígenas para, assim, "delinear estratégias efetivas para a proteção desse grupo".

## **81 libertados em sete meses**

Nos primeiros sete meses deste ano, a Polícia Federal (PF) resgatou 81 pessoas vítimas de tráfico humano. De acordo com a corporação, o número supera os índices verificados ao longo de 12 meses de cada um dos últimos três anos. A PF divulgou um balanço, ontem, sobre a atuação das equipes neste tipo de crime. Desde o ano de 2021, os agentes federais instauraram 325 inquéritos relacionados a tráfico humano. As investigações mostram que o roteiro é sempre o mesmo: as vítimas são atraídas com falsas promessas de melhoria de vida, de oportunidades de trabalho no exterior com boa remuneração em moeda forte — como dólar ou euro. Muitas vezes, as vítimas têm os documentos confiscados e, ao chegarem ao destino, são obrigadas a trabalhos forçados — a maioria é levada por gangues que exploram a prostituição. Há ainda casos de pessoas que são traficadas para a remoção de órgãos, vendidos no mercado negro dos transplantes.

"A maior parte envolve o tráfico para a exploração sexual e o trabalho escravo, mas também são expressivas as investigações relacionadas a outras modalidades do delito. Nesse período, a PF identificou a autoria de mais de 120 responsáveis pelo tráfico de pessoas, os quais, geralmente, integram organizações criminosas transnacionais, com o objetivo de violar a liberdade e a dignidade de pessoas em situação de vulnerabilidade", salienta a PF.

## **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 31.07.2024 – PÁG. OPINIÃO**

### **Os Estados do futuro**

O mundo precisa que o G20, sob o Brasil com a presidência do Lula, adote a ideia de que a educação é a chave para enfrentar o impasse civilizatório que integrou economicamente e desintegrou socialmente a humanidade

*Cristovam Buarque*

A humanidade não é mais tema abstrato apenas de filósofos, mas ainda não é preocupação concreta dos políticos. A presidência do G20 no Brasil é a chance de os políticos despertarem para o fato de que o mundo não é mais a soma dos países. Agora, cada país é um pedaço do mundo, em um tempo não mais de abundância, mas com recursos escassos e o Estado esgotado. Com o evento Estados do Futuro, na semana passada, no Rio de Janeiro, o governo Lula deu um passo nessa direção.



O governo reuniu líderes e acadêmicos para debater como devem ser Estados e governos no futuro para enfrentarem problemas planetários, taxar os super-ricos e executar uma aliança mundial contra a fome. Temas que não eram considerados antes, quando a agenda se concentrava nos assuntos econômicos, dentro do interesse de cada país, sem considerar os limites ecológicos nem a imoralidade da desigualdade social, da pobreza e da fome.



## CLIPPING

DATA

31.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

O evento foi possível porque a presidência do G20 está no Brasil: o país que mais se parece com o mundo contemporâneo, integrado economicamente, mas dividido socialmente, cada país cortado por uma "cortina de ouro" que serpenteia o planeta, exportador de alimentos, com milhões de famintos, renda per capita equivalente à do mundo, concentração de renda tão grave quanto a concentração em escala mundial, com massa crítica intelectual capaz de pensar alternativas ao progresso insustentável, baseado apenas na economia. Lula é o estadista melhor posicionado para sentir os problemas do mundo, não apenas econômicos e nacionais, mas também sociais e ecológicos.

Ficou claro nos debates que há um choque entre os problemas que já são planetários e a política ainda feita no espaço eleitoral de cada país. Diversos palestrantes falaram que o enfrentamento dos problemas da humanidade ficou atrasado em relação aos compromissos dos políticos nacionais com seus eleitores presos aos interesses locais e imediatos, com o progresso definido pelo aumento anual da renda e do consumo para a população nacional no presente, e não pelo bem-estar de todos os seres humanos no longo prazo, em equilíbrio com a natureza. Foi dito que a política democrática precisa ser sintonizada com o humanismo, o que exige uma nova mentalidade política dos eleitores e dos eleitos. A formação dessa nova mentalidade depende da educação das novas gerações para enfrentarem os tempos de limites de recursos em uma perspectiva planetária.

O mundo precisa que o G20, sob o Brasil com a presidência do Lula, adote a ideia de que a educação é a chave para enfrentar o impasse civilizatório que integrou economicamente e desintegrou socialmente a humanidade, mantendo a política dividida por países, em busca de aumentar o PIB, em tempos de escassez e esgotamento dos estados nacionais. Para tanto, o Brasil deve liderar o movimento para toda criança do mundo estudar em escola de qualidade, independentemente de sua nacionalidade e da renda de sua família.

A luta da aliança mundial contra a fome pode ser vitoriosa com um programa de Bolsa Família Internacional e com um programa mundial de formação de professores, construção e equipamento de escolas. Ao lado do Bolsa Família Internacional, o Brasil e Lula no G20 devem propor um movimento global para retomar de forma ampla o programa Educação para todos, da Unesco, e oferecer educação básica para todas as crianças, os jovens e os adultos. O G20 é o caminho para essa ideia ser promovida, o Brasil é o país, e Lula é o estadista com legitimidade para defender a proposta.

Essa estratégia eliminaria a fome imediata, criaria a estrutura para sua eliminação definitiva e ainda enfrentaria, de forma humanista, o problema da migração, dando renda aos pobres para permanecerem em seus países acompanhando a educação de suas crianças: no lugar de desumanamente barrar a imigração, oferecer condições para fazer desnecessária a emigração.

O G20 seria o instrumento de adoção da atual geração de crianças para, no futuro, com mentalidade humanista e ecológica, elas adotarem a humanidade. Graças à educação universalizada e transformadora para um desenvolvimento sustentável, justo, democrático, sem "cortina de ouro", que separa as pessoas entre pobres e ricos, nem "cortina ecológica", que sacrifica gerações futuras: um mundo em que nenhum ser humano seja considerado imigrante geográfico, por vir de outro país; imigrante geracional, por ainda não ter nascido; ou "inrangeiro", excluído pela pobreza ou pelo preconceito dentro de seu próprio país.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 31.07.2024 – PÁG. E1**

**Volume de recuperações cresce e deve fechar 2024 com recorde**

Aumento foi de 10,5% no segundo trimestre de 2024, comparado ao mesmo período de 2023, segundo o Monitor RGF

*Marcela Villar*

O número de empresas em recuperação judicial no Brasil continua a crescer e a expectativa é de um volume recorde neste ano. O aumento foi de 10,5% no segundo trimestre, comparado ao mesmo período de 2023. Ao fim de junho, 4.223 companhias negociavam dívidas na Justiça, ante 3.823 no ano passado. Os dados são do Monitor RGF de Recuperação Judicial, da consultoria RGF & Associados, e foram compartilhados de forma exclusiva com o Valor. É a maior quantidade de empresas em recuperação desde o início dos registros pela RGF, há um ano.



O Rio Grande do Sul, que viveu a maior tragédia ambiental de sua história no fim de abril e início de maio, passou a ser o segundo Estado com o maior número de empresas nesta situação: 361 empreendimentos gaúchos de pequeno, médio e grande porte, quantidade inferior apenas a São Paulo, com 1.279 (leia mais abaixo). No mesmo período no ano passado, o Estado ocupava a quinta posição.

A alta taxa básica de juros, a Selic, agora em 10,5% ao ano, aliado a um maior conhecimento dos empresários sobre o instituto são alguns dos motivos para o crescimento, dizem especialistas. Dívidas roladas na época da pandemia da covid-19, em 2020, começaram a vencer no fim do ano passado, outro fator que explica os números. Além disso, empréstimos e linhas de crédito criadas para aquele período já não dão mais conta de estancar o prejuízo.

A Odebrecht Engenharia e Construção (OEC), com dívida de US\$ 4,6 bilhões (R\$ 25,3 bilhões), e a Polishop, com passivo de R\$ 395,6 milhões, foram algumas das principais companhias que buscaram a solução no Judiciário. No caso da OEC, a dívida havia sido renegociada justamente em 2020, com carência de quatro anos e meio. A negociação com credores foi iniciada no fim de 2023 e o processo de recuperação foi ajuizado no fim de junho (processo nº 1100438-71.2024.8.26.0100). Já a Polishop entrou com o pedido no início de abril, após fechar quase 200 lojas físicas desde 2021. Os principais motivos da crise foram problemas na cadeia produtiva das linhas que comercializa, importadas da China, e queda nas vendas. Ambas as companhias citam a pandemia e a Selic elevada como motivos para as dificuldades (processo nº 1048932-56.2024.8.26.0100).

Segundo Roberta Gonzaga, consultora do RGF, a quantidade de empresas que entrou em reestruturação ainda aumenta, mas em um ritmo menor. “A desaceleração do ritmo foi bem mais significativa. Nos últimos trimestres, tínhamos mais de 200 empresas em recuperação. Nesse, tivemos 141”, diz. Ela destaca que proporcionalmente ao número total de empresas no país, a crise não é vista de forma acentuada pelo Índice de Recuperação Judicial (IRJ) do Monitor RGF. Ele mostra que 1,84 a cada mil corporações estavam em



**CLIPPING**

DATA  
31.07.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
20 de 25

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

recuperação no período, de um universo de 2,3 milhões. A proporção é menor que a dos primeiros três meses deste ano, quando o indicador estava em 1,87. É também inferior ao último trimestre de 2023, quando indicava 1,85 empresas em recuperação a cada mil.

Os Estados com os índices mais elevados são Goiás (4,77), Alagoas (4,44), Pernambuco (4,29) e Sergipe (3,6), cenário que não mudou desde a compilação dos dados. Os setores que enfrentam maior dificuldade, a nível nacional, também não mudaram em relação ao último trimestre. O cultivo de cana-de-açúcar ainda ocupa o primeiro lugar no índice, com mais de 24 empresas a cada mil em recuperação, seguido da fabricação de laticínios (16,45), transporte rodoviário coletivo municipal (14,96), construção de rodovias e ferrovias (14,22) e cultivo de soja (12,09).

De acordo com Roberta, matematicamente, a melhora ou piora das regiões ou setores não é tão rápida e tampouco significa uma crise no Estado. “É uma base muito grande de empresas, então o reflexo no indicador ainda precisa ser visto em uma base histórica maior”, afirma. Goiás, por exemplo, que tem mais empresas do setor agrícola, diz, invariavelmente enfrentaria dificuldades. “Não é que a situação no Estado está ruim, são características diferentes. Assim como na região Norte, que é menos desenvolvida, e está sempre melhor no indicador, mas tem menos empresas de setores que estão movimentando o mercado”, acrescenta.

Ela destaca melhora na quantidade proporcional de empresas que saem da reestruturação e retomam a operação. No segundo trimestre, atingiu 74% dentre o total de 123 que saíram da tutela da Justiça. Outras 28 faliram e cinco mudaram de endereço, foram baixadas ou se encontram inaptas ou suspensas. Na avaliação de Rodrigo Gallegos, sócio da RGF & Associados, o perfil da dívida das empresas nos pedidos feitos à Justiça é quase sempre o mesmo: a maior parte é endividamento com instituições financeiras. Isso termina sendo um problema para as devedoras, que precisam alongar a dívida e injetar mais capital - que também virá dos bancos. “Se a empresa só tratar o financeiro, continua com um problema gravíssimo, porque não está sanando o que transformou ela a chegar nesse ponto”, diz.

Por isso, para evitar uma recuperação judicial ou sair dela com sucesso, a resposta é “primeiro fazer uma lição de casa interna”, para entender onde ter maior receita. “A empresa tem que começar a trabalhar antes, na causa raiz, fazendo um planejamento estratégico e melhorando a operação, vendendo ou cortando tudo que não é essencial.” Ele ainda alerta que é preciso ter um “mínimo de caixa” para pedir a recuperação judicial e o ideal é só entrar com o pedido após ter avaliado a estrutura da empresa. A melhora dos números em âmbito nacional, acrescenta, só deve começar a ser vista no fim do ano ou início do ano que vem, se houver queda da Selic. “Se a Selic continuar com reduções e baixar dos dois dígitos, vamos conseguir ver uma queda maior de empresas em recuperação judicial ao invés de crescimento”, afirma Gallegos.

Segundo Gabriela Martines, sócia da área de reestruturação e recuperação de empresas de TozziniFreire, a tendência é que este ano bata recorde. Além dos aspectos econômicos, ela diz que, do ponto de vista jurídico, as mudanças feitas na Lei nº 11.101/2005, em 2020, começaram a ser amadurecidas agora. “Perdeu o estigma negativo e as pessoas passaram a ter mais conhecimento”, afirma a advogada. Dentre as alterações, as mais usadas são a cautelar antecedente, que antecipa os efeitos da recuperação, o financiamento DIP e a obrigatoriedade do encerramento do processo em até dois anos. “Traz mais facilidade para atrair investidores que não sejam do mercado financeiro tradicional”, completa.

O recorde esperado pode ser explicado pelos números mais recentes da Serasa Experian. Um total de 1.014 empresas pediram recuperação judicial em junho de 2024, um aumento de 71% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando 593 empresas entraram com o pedido na Justiça. É o volume mais elevado da série histórica para o período, superando 2016, quando 923 companhias estiveram nessa situação.

### Rio Grande do Sul piora no ranking nacional

Estado passou a ser o segundo com maior número de empresas em recuperação judicial no Brasil

*Marcela Villar*

Após viver a maior catástrofe climática da história, o Rio Grande do Sul passou a ser o segundo Estado com maior número de empresas em recuperação judicial no Brasil. No segundo trimestre, 361 firmas gaúchas de pequeno, médio e grande porte estiveram nesta situação, número abaixo apenas ao de São Paulo, que concentra a atividade empresarial do país, com 1.279. O aumento de empresas em reestruturação foi de 38% no período, comparado ao mesmo trimestre de 2023. A alta foi o triplo do crescimento registrado no Brasil, de 10,5%.

Os cinco setores que lideram o ranking e representam 24% do total de empresas em recuperação no Rio Grande do Sul são o varejo de combustíveis, seguido de holdings de instituições não financeiras, transporte rodoviário de carga, cultivo de soja e criação de bovinos. Os dados são do Monitor RGF de Recuperação Judicial, da consultoria RGF & Associados, e foram compartilhados de forma exclusiva com o Valor.

Informações da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS) indicam um aumento ainda mais expressivo. A entidade considera o número de pedidos de recuperação judicial aceitos pela Justiça estadual. No primeiro semestre do ano, 80 empresas iniciaram o processo - o mês de abril, quando estourou a tragédia ambiental, teve o maior número de deferimentos, com 22.

É mais do que o dobro dos 36 registros de recuperação judicial que tiveram no primeiro semestre de 2023. A proporção é semelhante em relação aos casos de falência: 30 empresas faliram nos primeiros seis meses do ano, quase o dobro dos 16 registrados no mesmo período do ano passado. Segundo especialistas, ainda não é possível associar as enchentes deste ano com a alta nos números. “Não conseguimos colocar a catástrofe como motivador”, afirma Roberta Gonzaga, consultora do RGF & Associados. Isso deve estourar nos próximos meses, porque, por enquanto, a ajuda financeira dos governos federal e estadual tem chegado às empresas locais, além de bancos e instituições financeiras terem postergado a cobrança de dívidas, como ocorreu na pandemia.

“Tem que estabilizar um pouco. Ninguém sai pedindo recuperação judicial rapidamente. Devemos sentir o efeito no começo do ano que vem”, diz Rodrigo Gallegos, sócio da RGF & Associados. Roberta lembra que





## CLIPPING

DATA

31.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

desde o início do Monitor RGF, há um ano, o Rio Grande do Sul apresenta um índice relativo e absoluto de companhias em reestruturação maior que a média. No primeiro trimestre do ano, ele estava em terceiro lugar no ranking nacional, atrás também do Paraná. Há um ano, estava na quinta colocação, após São Paulo (1.198), Paraná (346), Goiás (306) e Rio de Janeiro (267). “Ele vem se descolando cada vez mais da média nacional e nem a quantidade absoluta nem a relativa de empresas em recuperação judicial teve melhora”, afirma.

Segundo a advogada e administradora judicial Gabriele Chimelo, sócia e diretora-geral da CB2D, que atua na região Sul, a crise no agronegócio com a estiagem em 2023, aliado ao preço variável dos insumos, provocou um aumento no número de reestruturações. “Os produtores rurais já estavam afetados pela seca no ano passado e, agora, com a enchente, os que não foram afetados tiveram problemas na logística”, afirma. “Não tem como chegar em Porto Alegre”, acrescenta ela, lembrando que o Aeroporto Salgado Filho ficou alagado e deve reabrir parcialmente só em outubro. Além do agronegócio, Gabriele diz que outro setor severamente afetado foi o do comércio, principalmente pequenas e médias empresas. Algumas delas, prevê, não devem nem poder recorrer à recuperação, mas ir direto à falência. “Às vezes a dívida não se enquadra na recuperação, como a alienação fiduciária e o Fisco. São dívidas extraconcursais”, afirma. “Para pequenos negócios que não têm mais condição de se soerguer, a recuperação também pode ser muito custosa.”

Ela menciona mudanças trazidas pela reforma da Lei de Recuperações Judiciais e Falências, a nº 11.101/2005, que abrandou o “fresh start”, facilitando a retomada das atividades empresariais do devedor, e a proteção do patrimônio dos sócios. “Para pedir recuperação judicial, a empresa precisa ter viabilidade econômica e financeira. Se ela está toda embaixo d’água, as máquinas estragaram e a dívida não for viável, você está usando o Judiciário de forma irresponsável.” O professor Cássio Cavalli, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que integrou grupo de trabalho do Ministério da Fazenda para reformar a Lei de Falências, também diz não ser possível atribuir a crise no Sul às enchentes. “Quando tem algum evento muito drástico, duas coisas acontecem, os credores rolam dívida e pedem carência. A partir daí, alivia a pressão das empresas sobre o caixa e elas não precisam pedir recuperação judicial. Foi o que aconteceu na pandemia”, diz.

A abertura de linha de crédito público do BNDES, acrescenta, assim como outras formas de financiamento, podem adiar os efeitos da catástrofe financeira por alguns meses. O “gargalo logístico”, acrescenta Cavalli, pode vir a afetar outros Estados e setores, assim como o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. “É provável que a crise climática no Sul tenha impacto no PIB, uma fração percentual. Se vai ser relevante ou não em termos de caixa e se vai se refletir em termos de recuperação judicial, só o tempo vai dizer”, conclui.

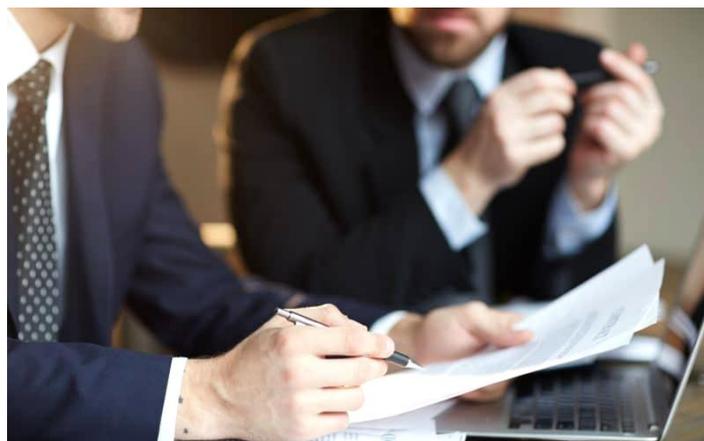
**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 31.07.2024 – PÁG. E2**

**Plano de credores: realidade ou utopia?**

Os credores provavelmente continuarão preferindo que o devedor, ciente da possibilidade de apresentação de planos alternativos caso o seu não seja aprovado, apresente e negocie um plano que seja aceitável para eles

*Vinicius Augusto da Silva*

A Lei nº 14.112/2020 trouxe profundas inovações ao ordenamento jurídico, com destaque para a possibilidade dos credores apresentarem um plano alternativo de recuperação judicial, conforme disposto nos artigos 6º, parágrafo 4º-A, 56, parágrafo 4º e seguintes, da referida legislação. Historicamente, os credores, embora pudessem oferecer sugestões, frequentemente viam-se compelidos a aceitar os termos dos planos de recuperação judicial propostos pelos devedores. O legislador ao introduzir a hipótese do plano alternativo, ao que parece, buscou proporcionar maior paridade entre as partes, corrigindo, a princípio, uma significativa lacuna na legislação anterior.



Quando o plano de recuperação judicial do devedor não é aprovado no conclave, o administrador judicial deve submeter à votação da assembleia geral de credores a concessão de um prazo de 30 dias para que seja apresentado um plano de recuperação judicial pelos credores, o qual deve ser aprovado por mais da metade dos créditos presentes em assembleia (artigo 56, parágrafos 4º e 5º, Lei nº 14.112/2020). Nos termos da Lei nº 14.112/2020, a apresentação do plano alternativo pode ocorrer em duas hipóteses: (i) quando o prazo do stay period (e sua prorrogação) se esgota sem a deliberação do plano de recuperação judicial; e (ii) em caso de rejeição do plano de recuperação apresentado pela recuperanda. Para que o plano alternativo seja submetido à votação, deve atender aos requisitos do artigo 56, parágrafo 6º, Lei nº 14.112/2020, que incluem, entre outros, a) a ausência de quórum para o cram down (artigo 58, parágrafo 1º, Lei nº 14.112/2020); b) a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação, demonstração de viabilidade econômica e laudo de avaliação de bens e ativos; c) além do apoio de credores com mais de 25% dos créditos totais sujeitos e mais de 35% dos créditos dos credores presentes na assembleia que rejeitou o plano de recuperação judicial do devedor, sem impor novas obrigações não previstas em lei ou contratos anteriores.

Nesse contexto, o festejado doutrinador Marcelo Sacramone observa que “(...) a lei impôs aos credores a obrigação de apresentação também de laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor. O requisito não se justifica. Para além do fato de que os credores não terão acesso aos bens do devedor e às condições para a realização de laudo, o qual tampouco poderia ser produzido em lapso temporal tão curto, referidos laudos já constarão no processo diante de sua apresentação obrigatória pelo próprio devedor”.



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## CLIPPING

DATA

31.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Malgrado a expectativa inicial de uma maior participação dos credores, especialmente os financeiros, nos processos de recuperação judicial, a realidade tem se mostrado distinta. O primeiro teste prático dessa inovação legislativa ocorreu em 2022, com a recuperação judicial da Samarco Mineração (autos nº 5046520-86.2021.8.13.0024). Nessa recuperação, o plano de recuperação foi rejeitado por 99,998% dos credores presentes na assembleia. Por conseguinte, os credores aprovaram um prazo de 30 dias para a apresentação de planos alternativos, o que resultou em duas propostas: uma pelos sindicatos e outra apoiada por fundos internacionais.

O juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte verificou os requisitos do artigo 56, parágrafo 6º, Lei nº 14.112/2020, e determinou que a deliberação dos credores recaísse sobre o plano alternativo apresentado pelos fundos internacionais. Após sessões de conciliação e concessões recíprocas, em maio de 2023, foi assinado um restructuring support agreement, que contemplou mais de 50% do passivo da companhia e serviu como base de seu plano de recuperação judicial. Esse plano consensual foi homologado, concedendo a recuperação judicial da Samarco sem necessidade de deliberação do plano alternativo em assembleia geral.

Por ausência de outros casos práticos relevantes, ainda não é possível avaliar o impacto efetivo (e positivo) da possibilidade de apresentação de plano alternativo pelos credores. Prima facie, apesar do legislador apresentar essa oportunidade de apresentação de plano alternativo por parte dos credores, visando acelerar e tornar o processo recuperacional mais eficaz, além de oferecer aos credores opções além da rejeição do plano e consequente falência da empresa em crise, a adesão dos credores permanece incerta.

Isso se deve à exiguidade do prazo conferido aos credores pela Lei nº 14.112/2020 para a elaboração e apresentação do plano alternativo, que é de 30 dias, em contraste com os 60 dias concedidos à empresa em crise para apresentar seu plano de recuperação judicial. Para além disso, a elaboração de um plano alternativo pelos credores exige não apenas um conhecimento detalhado das operações e finanças da empresa, mas também a formulação de um laudo de viabilidade econômico-financeira que ampare a proposta de pagamento. Esse processo representa um desafio significativo para os credores, especialmente em um prazo tão curto, agravado pela frequente indisponibilidade de informações financeiras necessárias. Portanto, mesmo após a criação da possibilidade de apresentação de um plano alternativo, os credores provavelmente continuarão preferindo que o devedor, ciente da possibilidade de apresentação de planos alternativos caso seu plano não seja aprovado dentro do prazo legalmente estipulado, apresente e negocie um plano que seja aceitável para eles.

## DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

### Dia 31 de Julho - Dia Nacional do Vira-Lata ou Sem Raça Definida (SRD)

Em 31 de julho, celebramos o Dia Nacional do Vira-Lata ou Sem Raça Definida (SRD). A data foi criada com o principal objetivo de incentivar a adoção responsável e o não abandono de animais e para que o bem-estar animal seja sempre uma preocupação da sociedade. A adoção responsável, unida a políticas públicas de controle populacional de cães e gatos, como a castração, ajudam a diminuir o número de animais de rua em situação precária e de vulnerabilidade, a combater o abandono, casos de maus-tratos e a proliferação de inúmeras doenças, tanto para animais, como para seres humanos.

A data foi criada, também, para combater a visão preconceituosa e distorcida do homem sobre os vira-latas e tirar o estigma de animais sujos, que vivem do lixo, ou que são inferiores, porque não têm um certificado de linhagem/ origem (*pedigree*), a que cães e gatos de rua foram associados por muito tempo, infelizmente. Com características, tamanhos e cores diversos, aparência e personalidade únicas, devido à mistura de duas ou mais raças, os vira-latas são os preferidos dos brasileiros. Segundo o Pet Censo 2020, realizado pela Dog Hero, o vira-lata (SRD) segue como o queridinho dos brasileiros, representando 32%. O famoso vira-lata caramelo é um patrimônio da cultura brasileira, presente no dia a dia das pessoas, na arte, na música, na literatura e até nos “memes” da internet e ajuda a mostrar que a diversidade uma das maiores riquezas nacionais.



### Mas, afinal, o que é um vira-lata? Como surgiu esse termo?

O termo vira-lata surgiu devido ao fato de muitos cães e gatos viverem nas ruas e derrubarem as latas e sacos de lixo em busca de alimentos, na luta pela sobrevivência. Por muito tempo, o termo foi usado de forma pejorativa, expressando inferioridade. De acordo com veterinários, os vira-latas, devido à mistura de raças, geralmente e, claro, se forem bem cuidados durante sua vida, são animais muito resistentes, inteligentes e que possuem grande capacidade de aprendizado, além de se adaptarem bem ao ambiente onde vivem. São muito brincalhões, carinhosos, gostam de crianças e idosos e se adaptam bem na companhia de outros *pets*.

Muitas vezes, devido ao fato de terem vivido pelas ruas e sofrido maus-tratos, alguns vira-latas podem possuir certos traumas. Mas, com muito amor, cuidados adequados e paciência, os traumas são superados. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 2022, existiam cerca de 30 milhões de animais abandonados nas ruas do Brasil, dos quais 10 milhões eram gatos e 20 milhões, cães. (UNB Notícias) No Brasil, o abandono de animais é considerado maus-tratos, portanto é um crime, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais, nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.